

CURSO DE DIREITO DO TRABALHO

Para Lucilia, Gabriela e Marina.
Aos que acreditam, contribuindo para sua realização,
nas ideias de Justiça e Direito, inclusive em sua particularização
socialmente indispensável, o Direito do Trabalho.

1ª edição – abril, 2002
1ª edição – 2ª tiragem – julho, 2002
1ª edição – 3ª tiragem – setembro, 2002
2ª edição – março, 2003
2ª edição – 2ª tiragem – abril, 2003
3ª edição – fevereiro, 2004
3ª edição – 2ª tiragem – abril, 2004
3ª edição – 3ª tiragem – julho, 2004
3ª edição – 4ª tiragem – novembro, 2004
4ª edição – janeiro, 2005
4ª edição – 2ª tiragem atualizada – julho, 2005
4ª edição – 3ª tiragem atualizada – outubro, 2005
5ª edição – fevereiro, 2006
5ª edição – 2ª tiragem – julho, 2006
6ª edição – janeiro, 2007
6ª edição – 2ª tiragem – julho, 2007
7ª edição – janeiro, 2008

7ª edição – 2ª tiragem – setembro, 2008
8ª edição – janeiro, 2009
9ª edição – fevereiro, 2010
10ª edição – janeiro, 2011
11ª edição – janeiro, 2012
12ª edição – fevereiro, 2013
13ª edição – fevereiro, 2014
13ª edição – 2ª tiragem – outubro, 2014
13ª edição – 3ª tiragem – outubro, 2014
14ª edição – fevereiro, 2015
15ª edição – fevereiro, 2016
15ª edição – 2ª tiragem – agosto, 2016
16ª edição – fevereiro, 2017
16ª edição – 2ª tiragem – julho, 2017
17ª edição – janeiro, 2018
17ª edição – 2ª tiragem – agosto, 2018
18ª edição – março, 2019

MAURICIO GODINHO DELGADO

CURSO DE DIREITO DO TRABALHO

18ª edição

**OBRA REVISTA E ATUALIZADA CONFORME
A LEI DA REFORMA TRABALHISTA
E INOVAÇÕES NORMATIVAS E
JURISPRUDENCIAIS POSTERIORES**

LT[®]R



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Março, 2019

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: FABIO GIGLIO
Impressão: MARK PRESS

Versão impressa — LTr 6184.4 — ISBN 978-85-361-9973-3
Versão digital — LTr 9533.0 — ISBN 978-85-361-9976-4

Atualizado até 31.12.2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Mauricio Godinho

Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores — Mauricio Godinho Delgado. — 18. ed. — São Paulo : LTr, 2019.

Bibliografia
ISBN 978-85-361-9973-3

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho — Brasil I. Título.

19-23833

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)
2. Direito do trabalho : Brasil 34:331(81)

Maria Alice Ferreira — Bibliotecária — CRB-8/7964

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	47
II. DEFINIÇÃO	47
III. DENOMINAÇÃO	50
IV. CONTEÚDO	53
V. FUNÇÕES	55
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	61
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	63
1. Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho	64
2. Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho	67
3. Segmento em Destaque: Direito Ambiental do Trabalho	69
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE	70
IX. TEMAS RECORRENTES: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO TRABALHISTAS ..	71
1. Flexibilização Trabalhista e Desregulamentação Trabalhista: aspectos gerais	71
2. A Reforma Trabalhista feita pela Lei n. 13.467/2017	76

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	79
II. AUTONOMIA	79
III. NATUREZA JURÍDICA	82
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO	88
1. Relações com o Direito Constitucional	88
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de Outros Ramos Jurídicos	89
3. Relações com o Direito Civil	91
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou Direito da Seguridade Social)	92
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos	94

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	95
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	95
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	97
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	100
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	105

1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	107
2. Sistematização e Consolidação.....	108
3. Institucionalização do Direito do Trabalho.....	110
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho.....	111
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS.....	113
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos.....	114
A) Normatização Autônoma e Privatística.....	114
B) Normatização Privatística Subordinada.....	114
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário.....	115
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	116
4. Constituição de 1988 e o Modelo de Normatização Privatística Subordinada: novas reflexões..	118
5. A Reforma Trabalhista Brasileira de 2017: sentido jurídico.....	121

CAPÍTULO IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO.....	125
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO.....	125
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	126
2. Institucionalização do Direito do Trabalho.....	129
Análise Comparativa.....	132
3. Transição Democrática do Direito do Trabalho Brasileiro: a Constituição de 1988.....	133
A) Arquitetura Democrática Constitucional.....	134
B) Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização.....	136
C) Arquitetura Democrática Constitucional: outros traços.....	137
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL.....	139
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista.....	139
2. Modelo Justrabalhista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica.....	142
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA.....	143
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988.....	144
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira.....	145
B) A Carta de Direitos de 1988.....	147
2. Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988.....	149
3. Evolução Constitucional Democrática e Inclusiva: EC n. 24/99 e EC n. 45/04.....	151
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988.....	153
VI. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017: LEI N. 13.467/17.....	156

CAPÍTULO V

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO.....	161
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	161
1. Conceito.....	161

2. Classificação	162
A) Fontes Materiais.....	162
B) Fontes Formais	165
Heteronomia e Autonomia.....	166
C) Normas, Princípios e Regras	167
III. FONTES FORMAIS JISTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	168
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	169
1. Constituição	169
A) Sentido Material e Sentido Formal	170
B) Eficácia Jurídica da Constituição	172
a) Vertente Tradicional	172
b) Vertente Moderna.....	173
c) Análise Comparativa	176
C) Constituição: o desafio da efetividade	177
2. Lei (e Medida Provisória)	178
3. Tratados e Convenções Internacionais.....	180
A) Tratados e Convenções Internacionais.....	180
B) Declarações e Recomendações	183
C) Diplomas Internacionais: novas inferências doutrinárias.....	184
4. Regulamento Normativo (Decreto)	185
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares.....	186
6. Sentença Normativa.....	187
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	190
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.....	190
Aderência Contratual.....	192
2. Contrato Coletivo de Trabalho	195
3. Usos e Costumes.....	197
VI. FIGURAS ESPECIAIS	198
1. Figuras Justrabalhistas Especiais.....	198
A) Laudo Arbitral (Arbitragem).....	198
B) Regulamento Empresarial.....	200
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais.....	201
A) Jurisprudência.....	201
B) Princípios Jurídicos	205
C) Doutrina	206
D) Equidade.....	207
3. Referências Finais	208
A) Analogia	209
B) Cláusulas Contratuais	209
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JISTRABALHISTAS	210
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	211
2. Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	211

3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	213
Acumulação <i>versus</i> Conglobamento	215
4. A Lei n. 13.467/2017 e a Hierarquia Normativa Trabalhista	219

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	220
1. Ciência e Princípios	221
2. Direito e Princípios	221
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	223
1. Fase Pré-jurídica ou Política	223
2. Fase Jurídica	223
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	224
B) Princípios Normativos Subsidiários	224
C) Princípios Normativos Próprios ou Concorrentes	225
III. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO	227
IV. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	228
1. Princípios Gerais — adequações	228
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	231
V. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	231
VI. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	232
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	233
A) Princípio da Proteção	233
B) Princípio da Norma Mais Favorável	234
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	236
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas	237
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	238
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	238
Intangibilidade Contratual Objetiva	242
G) Princípio da Intangibilidade Salarial	242
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	244
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	245
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos	248
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	248
B) Princípio do Maior Rendimento	250
VII. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	252
1. Diferenciação de Figuras	252
2. Extensão da Indisponibilidade	253
3. Requisitos da Renúncia e Transação	254
A) Renúncia	255
B) Transação	255

CAPÍTULO VII
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO
DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	257
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	257
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	257
2. A Interpretação no Direito.....	259
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma.....	259
B) Interpretação do Direito Construído	260
3. Hermenêutica Jurídica	261
A) Distinções Relevantes.....	261
B) Função da Interpretação Jurídica	264
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	265
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	265
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	267
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação.....	268
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	268
E) Sistemas Teóricos de Interpretação.....	270
a) Hermenêutica Tradicional	271
b) Escola Exegética Francesa.....	271
c) Escola Histórico-evolutiva	272
d) Escola da Interpretação Científica	272
e) Escola da Livre Investigação	272
f) Contraponto Avaliativo	272
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista.....	273
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho	274
4. Disfunções no Processo Interpretativo	275
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	277
1. Conceituação	277
2. Tipos de Integração Jurídica	279
3. Procedimento Analógico	280
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	281
1. Conceituação	281
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo.....	282
Princípio da Aderência Contratual	282
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	287
A) Critério Especial da Lei n. 7.064, de 1982	288
B) Lei n. 11.962/2009 – impacto jurídico	289

CAPÍTULO VIII
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	291
---------------------	-----

II. DISTINÇÕES CORRENTES	293
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição.....	293
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição.....	294
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	295
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	295
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	297
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	297
2. Causas Interruptivas	298
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS.....	299
1. Fatores Tipificados	299
Critério da <i>Actio Nata</i>	300
2. Outros Fatores Atuantes	301
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS.....	301
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	304
1. Prazos Prescricionais.....	305
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	305
B) Prescrição nos Contratos Rurais	306
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000).....	307
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000).....	308
C) Prescrição nos Contratos Domésticos.....	309
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	312
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias.....	314
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	315
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	315
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	316
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	318
D) Prescrição em Danos Morais.....	320
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	322
A) Legitimidade para Arguição.....	322
B) Momento Próprio para Arguição	323
a) Arguição na Fase de Conhecimento.....	323
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução — Prescrição Intercorrente.....	325
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações.....	326
4. Prescrição Intercorrente.....	327
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	329

LIVRO II DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO IX RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO

I. INTRODUÇÃO	333
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego.....	333

II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	335
1. Distinções na História do Direito	335
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	337
A) Trabalho por Pessoa Física	338
B) Pessoalidade.....	339
C) Não Eventualidade.....	340
a) Eventualidade <i>versus</i> Não Eventualidade: teorias.....	342
b) Trabalho Eventual: caracterização.....	344
D) Onerosidade	345
E) Subordinação	348
a) Conceito e Caracterização.....	349
b) Natureza da Subordinação	350
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural	352
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO.....	354
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	357
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	358
A) Teoria do Arrendamento.....	359
B) Teoria da Compra e Venda	359
C) Teoria do Mandato	360
D) Teoria da Sociedade	361
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica.....	361
2. Teoria Contratualista Moderna	362
3. Teorias Acontratualistas	364
A) Teoria da Relação de Trabalho	365
B) Teoria Institucionalista	367
C) Acontratualismo: análise crítica	367

CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU

I. INTRODUÇÃO	369
Presunção Jurídica	370
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA..	371
1. Servidores Administrativos.....	371
2. Servidores Irregulares.....	372
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	373
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977).....	374
A) Requisitos Formais	375
B) Requisitos Materiais.....	376
2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008)	377
A) Requisitos Formais	379
B) Requisitos Materiais.....	384
3. Estágio: avaliação crítica	386

IV. A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS.....	387
1. A Lei n. 8.949, de 1994	388
A) Princípio da Dupla Qualidade	389
B) Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	390
2. A Lei n. 12.690, de 2012	393
A) Restrições ao Veículo Cooperativista	394
B) Direitos Sociais dos Cooperados.....	395
C) Relação de Emprego <i>versus</i> Relação Cooperativista	396
V. TRABALHO AUTÔNOMO	397
1. Prestação de Serviços e Empreitada	400
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	401
3. Pequena Empreitada: especificidade.....	402
VI. TRABALHO EVENTUAL	403
VII. TRABALHO AVULSO	405
1. Trabalho Avulso Portuário	406
2. Trabalho Avulso Não Portuário	410
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO.....	412
IX. MÃE SOCIAL	416

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	419
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	419
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	420
1. Princípio Constitucional Antidiscriminatório	420
2. Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização.....	422
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	423
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral.....	424
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94).....	425
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94).....	426
C) Efeitos do Cargo de Confiança	428
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	429
3. Diretores Empregados	430
A) Diretor Recrutado Externamente	431
Contraponto de Vertentes	433
B) Empregado Eleito Diretor.....	434
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	435
A) Incompatibilidade de Figuras	436
B) Assimilação de Figuras	436
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	437
D) Sociedade como Simulação (“ <i>pejotização</i> ”)	437
5. Empregados Portadores de Diploma de Nível Superior e que Percebam Salário Igual ou Superior à Dobra do Teto de Benefícios do INSS: segregação jurídica.....	438

IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	440
1. Definição	440
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	442
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	442
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	443
B) Elemento Fático-jurídico da Não Eventualidade	444
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	447
a) Finalidade Não Lucrativa dos Serviços	447
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	449
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa	450
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	451
A) Fase de Exclusão Jurídica	451
B) Fase de Inclusão Jurídica	451
a) Lei n. 5.859/1972 e Regras do Vale-Transporte	452
b) CF/88: oito novos direitos	452
c) A Peculiar Lei n. 10.208/2001	453
d) Lei n. 11.324/2006: quatro novos direitos	453
e) EC n. 72/2013: 16 novos direitos	454
f) LC n. 150/2015: regulação de novo patamar jurídico	455
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas Antes da LC n. 150/2015	457
A) Férias Anuais Remuneradas	458
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	459
C) Garantia de Emprego à Gestante	460
D) Aviso-Prévio Proporcional	461
E) O Sentido do Novo Parágrafo Único do Art. 7º da CF/88 (EC n. 72/2013)	464
5. A Nova Regência Normativa da LC n. 150/2015	465
6. Peculiaridades Rescisórias: rito e multa	473
7. Fiscalização Trabalhista e Multa Administrativa	475
8. Contrato de Trabalho Doméstico e Lei da Reforma Trabalhista	476
9. Convenção n. 189 da OIT e Recomendação n. 201 da OIT	477
V. EMPREGADO RURAL	478
1. Evolução Jurídica	478
A) Fase de Restrição de Direitos	478
B) Fase de Aproximação de Situações Jurídicas	479
C) Fase Contemporânea: acentuação da igualdade	479
Unificação do Prazo Prescricional	480
2. Caracterização do Empregado Rural	482
A) Antigo Critério Celetista	482
B) Critério da Lei n. 5.889/1973	483
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	484
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	484
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico	485

3. Caracterização do Empregador Rural.....	485
VI. O ÍNDIO COMO EMPREGADO	489
VII. EMPREGADO APRENDIZ	491

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	492
Definição da CLT: análise crítica	492
II. EMPREGADOR — CARACTERIZAÇÃO.....	493
1. Despersonalização.....	494
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	495
Atenuações do Risco Empresarial.....	497
3. Empresa e Estabelecimento	499
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS.....	500
1. Definição	500
2. Objetivos da Figura	501
3. Caracterização do Grupo Econômico	501
A) Abrangência Objetiva	502
B) Abrangência Subjetiva	502
C) Nexos Relacionais Interempresas.....	503
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	506
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	506
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único.....	507
5. Aspectos Processuais	509
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	510
1. Definição e Denominação	510
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	511
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	512
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	514
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	514
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	515
Título Jurídico da Transferência.....	516
B) Continuidade na Prestação Laborativa	518
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos.....	518
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista.....	519
A) Fundamentação Doutrinária.....	519
B) Fundamentação Legal	520
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista.....	520
A) Regra Geral Trabalhista.....	520
B) Restrições Tópicas à Sucessão.....	520
a) Empregado Doméstico.....	521
b) Empregador Empresa Individual.....	522
c) Estado ou Município Desmembrado	522

d) Empregador em Falência ou Recuperação Empresarial	523
e) A Peculiaridade dos Cartórios Extrajudiciais	524
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	525
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	525
Cláusula de Não Responsabilização	525
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	526
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	528
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	529
A) Figuras Civilistas Clássicas	529
B) Singularidade Trabalhista	531
V. EMPREGADORES EM DESTAQUE	531
1. Empregador Estatal	531
A) Pessoa Jurídica de Direito Público	531
B) Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	533
2. Cartório Extrajudicial	536
3. Consórcio de Empregadores	537

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	540
Evolução Histórica no Brasil	542
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	544
1. Legislação Heterônoma Estatal	545
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	545
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	546
C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas	547
D) Outras Referências Legais	548
2. Constituição de 1988	552
3. Reforma Trabalhista: Lei n. 13.467/2017	554
III. JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	560
1. Evolução Jurisprudencial Trabalhista (1980-2018): síntese	560
2. Súmula n. 331/TST: terceirização lícita X ilícita	563
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	563
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	565
C) Terceirização Ilícita	566
3. Efeitos Jurídicos da Terceirização (Súmula n. 331 do TST)	566
A) Vínculo com o Tomador de Serviços	567
B) Isonomia: salário equitativo	567
4. Especificidade da Administração Pública	570
IV. JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	574
V. TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO	577
1. Trabalho Temporário: caracterização	577

2. Hipóteses de Pactuação	578
3. Formalidades e Prazos	580
4. Direitos da Categoria Temporária	581
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	583
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	584
1. Responsabilidade na Terceirização: regra geral	584
2. A Responsabilização das Entidades Estatais Terceirizantes	587
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	590
1. Competência	590
2. Litisconsórcio Passivo	591

CAPÍTULO XIV **RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS**

I. INTRODUÇÃO	592
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES INTEGRANTES DO GRUPO ECONÔMICO	592
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO	594
1. Panorama Normativo	594
2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	595
3. Dimensões da Responsabilidade do Sócio	598
4. Aspectos Processuais Relativos à Desconsideração da Personalidade Jurídica	600
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	602
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGATEIRO	604
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA NOS CONTRATOS DE EMPREITADA	605
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	609

CAPÍTULO XV **CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES. CONTEÚDO CONTRATUAL – PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	612
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	613
1. Definição	613
Definição da CLT: crítica	613
2. Denominação	614
3. Caracteres	615
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	620
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	621
A) Capacidade das Partes	622
B) Licitude do Objeto	625
C) Forma Regular ou Não Proibida	626
Forma e Prova	627
D) Hígide de Manifestação da Vontade	628

2. Elementos Naturais do Contrato	629
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	630
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	631
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	632
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	633
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	634
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	635
2. Tipos de Nulidades	636
A) Nulidade Total e Parcial	636
B) Nulidade Absoluta e Relativa	637
3. Nulidade e Prescrição	638
V. CONTEÚDO CONTRATUAL — ABRANGÊNCIA E PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO	638
1. Conteúdo Contratual: abrangência e peculiaridades	639
2. O Sistema de <i>Cotas</i> no Contrato de Trabalho	640

CAPÍTULO XVI

CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	643
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	643
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	645
1. Distinções	645
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	646
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	647
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	648
1. Aspectos Gerais	648
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	649
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	650
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	650
C) Efeitos Rescisórios	650
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	653
1. Hipóteses de Pactuação	653
2. Meios de Fixação do Termo Final	656
3. Prazos Legais	658
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	658
5. Indeterminação Contratual Automática (“Novação”)	660
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	661
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	663
A) Acidente de Trabalho: exceção relevante	665
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção relevante	666
8. Contratos a Termo: forma e prova	667

9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	668
VI. O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE.....	671
VI. PARALELISMO OU CONCOMITÂNCIA CONTRATUAL — CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS.....	674

CAPÍTULO XVII

TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	676
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	676
1. Contrato de Experiência.....	676
A) Caracterização.....	678
B) Efeitos Contratuais.....	678
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência..	679
2. Contrato de Safra.....	682
Contrato Rural por Pequeno Prazo	685
3. Contrato de Obra Certa.....	686
4. Contrato por Temporada	687
5. Contrato de Aprendizagem (Empregado Aprendiz)	688
A) Aspectos Gerais	689
B) Aprendiz com Deficiência.....	691
III. UMA ESPECIFICIDADE ENTRE OS CONTRATOS A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601/1998	692
1. Caracterização do Contrato Provisório de Trabalho	693
2. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	700
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego.....	701
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	702
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	704
a) Incompatibilidades Globais	704
b) Incompatibilidades Tópicas	705

CAPÍTULO XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	707
Contratos de Atividade.....	707
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	708
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA.....	710
Pequena Empreitada na CLT	711
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	713
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	714
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	716
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO).....	719
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica.....	720
A) Caracterização.....	720

B) Remuneração.....	720
C) Rescisão Contratual.....	720
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contra-pontos	721
3. Empregado Vendedor: regras próprias.....	724
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas.....	724
a) Conceito e Natureza	725
b) Dinâmica Comissional.....	725
B) Pagamento da Comissão.....	726
C) Ultimação do Negócio — data presumida	726
D) Risco Concernente às Vendas.....	727
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	728
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	728
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	728

CAPÍTULO XIX

EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS. AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	730
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS.....	731
1. Obrigações do Empregador.....	731
2. Obrigações do Empregado	731
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato.....	732
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	732
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	733
Natureza Jurídica.....	733
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	734
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato.....	734
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	735
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais.....	736
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	737
1. Indenização por Dano Moral, Inclusive Estético, ou Dano à Imagem.....	738
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético.....	740
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos.....	742
A) Requisitos Clássicos.....	743
B) Objetivação da Responsabilidade.....	745
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade.....	747
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respetivo Valor Indenizatório	748
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988.....	749
B) Aferição do Dano Moral e Fixação da Indenização: critérios.....	750
a) Critério Constitucional Prevalente	750
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos	752

5. Aferição do Dano Material e Respectivo Valor Indenizatório	754
6. Competência Judicial	756
7. Regra Prescricional	759
Danos pela Infortunistica do Trabalho — transição	760
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE	761
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico	762
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	762
A) Caracterização do Contraponto Jurídico	763
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	763
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	764
A) Dano Moral Individual	764
A-1) Pré-contratação trabalhista	765
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas	765
A-3) Ofensas físicas	767
A-4) Ofensas morais	767
A-5) Assédio sexual	767
A-6) Revistas íntimas	768
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas	768
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo	768
A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários	769
A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros	769
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças	770
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas	770
A-13) Assédio moral	770
A-14) Controle de correspondências e telefonemas no ambiente laborativo	771
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails)	771
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet	772
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco	773
A-18) Danos derivados de acidentes do trabalho, doença ocupacional e doença profissional	774
A-19) Condições degradantes no ambiente de trabalho	774
A-20) Atrasos reiterados de salários	774
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato	775
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa	775
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo	776
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria	777
A-25) Violação à imagem	777

A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito	778
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho	778
A-28) Dispensa discriminatória	779
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde	780
A-30) Elaboração e/ou divulgação de “lista suja” de trabalhadores	780
A-31) Dano existencial	781
A-32) Síndrome de <i>Burn-out</i> ou Síndrome de Esgotamento Profissional	781
B) Dano Moral Coletivo	782
VI. REFORMA TRABALHISTA: DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ..	784

CAPÍTULO XX
O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO,
REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	789
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	790
1. Conceituação	790
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	790
2. Caracterização	791
A) Poder Diretivo	792
B) Poder Regulamentar	792
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	793
C) Poder Fiscalizatório	794
Limites ao Poder de Controle	795
D) Poder Disciplinar	797
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	799
1. Fundamentos Doutrinários	799
A) Propriedade Privada	799
B) Institucionalismo	800
C) Delegação do Poder Público	801
D) Contrato	803
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	805
2. Fundamentos Legais	806
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	808
1. Concepções Tradicionais	808
A) Direito Potestativo	809
B) Direito Subjetivo	810
C) <i>Status</i> Jurídico	810
D) Direito-função	812
Poder e Cidadania	813
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	814
Virtudes da Concepção Relacional	815

V. O PODER DISCIPLINAR	817
1. Fundamentos	818
A) Posição Negativista.....	818
B) Posição Autonomista.....	819
C) Vertente Intermediária.....	820
2. Infrações Características	820
A) Critérios de Caracterização.....	821
B) Infrações Obreiras Tipificadas.....	822
3. Penalidades Características	823
A) Modalidades Acolhidas	823
B) Modalidades Rejeitadas.....	826
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes).....	828
A) Requisitos Objetivos	829
B) Requisitos Subjetivos.....	829
C) Requisitos Circunstanciais.....	830
5. Intervenção Judicial	834
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	836
VI. PODER EMPREGATÍCIO: ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017	837
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	837
A) Caracterização do Contraponto Jurídico.....	838
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	838
2. A Reforma Trabalhista de 2017 e o Recrudescimento do Poder Empregatício	839

CAPÍTULO XXI REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	841
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	841
1. Salário: definição.....	841
2. Remuneração: definição e distinções	842
Remuneração e Gorjetas.....	842
3. Remuneração: nova regulação das gorjetas	846
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	848
1. Denominações Impróprias	849
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício.....	849
B) Salário-Família	849
C) Salário-Maternidade	850
D) Salário-Educação.....	852
E) Salário Mínimo de Referência	852
F) Salário Social	852

2. Denominações Próprias.....	853
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo.....	853
Piso Salarial.....	853
B) Salário Básico	854
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo.....	854
D) Salário Judicial.....	855
E) Salário Complexivo	855
F) Salário Condição	855
G) Salário Progressivo.....	855
H) Outras Denominações	856
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES.....	856
Efeito Expansionista Circular	856
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais).....	856
A) Parcelas Salariais Tipificadas	857
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas.....	857
C) Parcelas Salariais Dissimuladas	857
2. Parcelas Salariais Dissimuladas	858
A) Diárias para Viagem e Ajudas de Custo	858
B) Outras Parcelas Salariais Dissimuladas	860
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	860
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	861
A) Parcelas de Natureza Indenizatória	861
B) Parcelas Meramente Instrumentais	861
Outras Utilidades Não Salariais	862
C) Parcelas de Direito Intelectual	862
D) Participação nos Lucros ou Resultados.....	862
<i>Stock Options</i> : enquadramento jurídico	863
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais	865
F) Parcelas Previdenciárias Privadas	868
G) Parcelas de Seguridade Social	868
H) Parcelas Pagas por Terceiros	870
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal).....	872
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador.....	873
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele ..	873
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado	874
VI. CARACTERES DO SALÁRIO.....	874
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	881
1. Tipologias Principais	881
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	883
A) Salário por Unidade de Tempo.....	883
B) Salário por Unidade de Obra	885
C) Salário-Tarefa.....	887

VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	888
1. Caracterização do Salário-utilidade	888
A) Requisitos Essenciais	888
Excludentes do Salário-utilidade	889
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	893
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	894
3. Rol de Utilidades Pertinentes	896
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	896
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial	896
B) Valor da Utilidade no Contrato	898
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	899
6. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> nos Contratos Domésticos	901
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	902
1. Salário Básico	903
2. Abono	904
A) Enquadramento Clássico	904
B) Novo Enquadramento: Lei n. 13.467/2017	906
3. Adicionais	906
A) Caracterização	906
B) Classificação	907
4. Gratificações	909
A) Caracterização	909
B) Repercussões Contratuais	912
5. 13º Salário	912
6. Comissões	914
A) Caracterização	914
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas	916
a) Ultimação do Negócio – data presumida	916
b) Pagamento da Comissão	917
c) Risco Concernente às Vendas	917
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	918
e) Exclusividade de Zona de Trabalho	918
f) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	918
7. Prêmios (ou Bônus)	919
A) Enquadramento Clássico	919
B) Novo Enquadramento: Lei n. 13.467/2017	921
8. Outras Parcelas Salariais	921
A) Caracterização	921
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares	922
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares	922
9. Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional	923
A) Luvas e Bichos	924
a) Luvas	924
b) Bichos	925

B) Direito de Imagem e Direito de Arena	925
a) Direito de Imagem.....	925
b) Direito de Arena	927

CAPÍTULO XXII

SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	930
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO.....	931
1. Irredutibilidade Salarial.....	932
2. Correção Salarial Automática.....	936
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo.....	938
A) Salário Mínimo Legal	938
Piso Salarial Estadual	941
B) Salário Profissional	942
C) Salário Normativo e Salário Convencional	943
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR.....	943
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	944
A) Tempo de Pagamento	944
B) Lugar de Pagamento.....	946
C) Meios de Pagamento	947
2. Irredutibilidade Salarial.....	949
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos.....	950
A) Regra Geral de Intangibilidade	950
B) Descontos Salariais Autorizados.....	950
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos.....	954
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	954
1. Não Discriminação e Isonomia: distinções	955
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	958
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	958
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias.....	959
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988.....	961
A) Discriminação Contra a Mulher.....	961
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	964
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i>	969
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	970
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro	971
D) Discriminação Contra a Pessoa com Deficiência	973
E) Discriminação Contra a Pessoa com Doença Grave.....	974
F) Discriminação em Face do Tipo de Trabalho	976
G) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	978

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	979
A) Requisitos da Equiparação Salarial	979
a) Identidade de Funções.....	980
b) Identidade de Empregador.....	981
c) Identidade de Localidade	981
d) Simultaneidade no Exercício Funcional.....	983
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	984
a) Diferença de Perfeição Técnica	984
b) Diferença de Produtividade.....	985
Uma Particularidade: salário por unidade de obra.....	985
c) Diferença de Tempo de Serviço	986
d) Existência de Quadro de Carreira.....	986
e) Paradigma em Readaptação Funcional.....	988
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma	988
D) Equiparação Salarial: ônus da prova	990
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT).....	991
a) Recepção <i>versus</i> Não Recepção.....	991
b) Análise do Tipo Isonômico	992
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	993
A) Requisitos do Quadro de Carreira	994
B) Proteções Antidiscriminatórias	995
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	996
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual.....	997
B) “Substituição Permanente”: ocupação de cargo vago	998
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	999
A) Terceirização Provisória (contrato de trabalho temporário)	999
B) Terceirização Permanente	1001
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	1002
a) Terceirização Permanente em Entidades Estatais.....	1003
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	1004
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	1006
1. Proteção Jurídica Mediante a Responsabilidade Trabalhista	1007
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador.....	1009
3. Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial	1009
4. Proteção Jurídica na Falência do Empregador.....	1011
Competência Judicial.....	1014
5. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador.....	1015
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	1016
1. Impenhorabilidade do Salário	1017
2. Restrições à Compensação.....	1018
3. Critério de Correção Monetária.....	1020
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	1022

CAPÍTULO XXIII
DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	1024
1. Jornada e Salário	1024
2. Jornada e Saúde no Trabalho	1025
3. Jornada e Emprego	1027
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	1029
1. Duração do Trabalho	1029
2. Jornada de Trabalho	1029
3. Horário de Trabalho	1030
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	1031
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	1031
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	1031
B) Tempo à Disposição	1032
C) Tempo de Deslocamento	1033
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i>	1034
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	1036
A) Tempo de Prontidão	1037
B) Tempo de Sobreaviso	1037
BIPs, <i>paggers</i> , telefones celulares e outros instrumentos de comunicação	1038
C) Tempo Residual à Disposição	1040
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	1041
A) Tronco Básico	1041
B) Componentes Suplementares	1042
4. A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais no Tema da Duração do Trabalho	1043
A) Lei n. 12.619/2012: tempo de repouso, tempo de espera, tempo de reserva	1044
B) Lei n. 15.103/2015: novas regras jurídicas	1046
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	1049
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	1049
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	1050
A) Critérios Gerais Informativos	1050
B) Flexibilização e Compensação de Jornada	1054
a) Título Jurídico Autorizador e Prazo Compensatório	1054
b) Dinâmica do Banco de Horas	1057
c) Restrições ao Regime Compensatório	1059
C) Flexibilização de Horas <i>in Itinere</i>	1061
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	1063
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	1063
2. Jornadas Controladas	1063

3. Jornadas Não Controladas	1065
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário.....	1066
a) A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais.....	1067
b) Trabalho no Domicílio (<i>Home Office</i>) e Teletrabalho (novo inciso III do art. 62 da CLT).....	1068
B) Exercentes de Cargos de Gestão	1070
4. Jornada Não Tipificada: antiga regência normativa da categoria doméstica	1071
EC n. 72/2013: extensão da regulação normativa.....	1072
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	1073
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	1075
1. Caracterização das Jornadas Especiais	1075
2. Categorias Específicas	1076
A) Jornadas Superiores a 8 horas	1076
Jornada de Plantão 12 X 36 Horas	1077
B) Jornadas Inferiores a 8 horas	1078
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	1080
A) Caracterização da Figura Jurídica	1081
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88.....	1083
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada	1084
4. Atividade Contínua de Digitação	1084
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	1087
1. Caracterização da Jornada Extraordinária.....	1087
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	1088
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	1090
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias.....	1090
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação.....	1091
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	1091
b) Regime de Compensação de Jornada.....	1094
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	1095
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	1097
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais.....	1098
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	1099
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação.....	1101
3. Efeitos da Jornada Extraordinária.....	1103
IX. TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL	1105
1. Regência Normativa Provinda da Década de 1990	1105
A) Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	1108
B) Efeitos do Regime de Tempo Parcial	1109
C) Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	1110
2. Regência Normativa Inserida pela Lei n. 13.467/2017.....	1111
X. JORNADA NOTURNA.....	1113
1. Parâmetros da Jornada Noturna.....	1113
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	1115
3. Restrições ao Trabalho Noturno	1118

CAPÍTULO XXIV
PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	1120
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA.....	1121
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas.....	1121
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	1121
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites.....	1123
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas.....	1128
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1128
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas.....	1128
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas.....	1129
a) Intervalos Comuns e Especiais.....	1130
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados.....	1130
Quadro de Intervalos Intraornadas	1131
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito.....	1132
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	1133
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado.....	1133
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	1136
4. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1137
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas.....	1137
B) Classificação dos Intervalos Interornadas.....	1138
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais.....	1138
b) Intervalos Comuns e Especiais.....	1138
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados.....	1139
Quadro de Intervalos Interornadas	1139
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito.....	1140
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	1140
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	1141
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA.....	1142
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	1142
Normatização Aplicável	1142
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos.....	1144
A) Caracterização do Descanso Semanal.....	1144
a) Lapso Temporal.....	1144
b) Ocorrência Semanal do Descanso	1145
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	1146
d) Imperatividade do Descanso Semanal	1149
B) Remuneração do Descanso Semanal	1149
a) Requisitos da Remuneração.....	1149
b) Valor da Remuneração	1150
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	1151

3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos	1153
A) Tipos de Feriados.....	1154
a) Feriados Cíveis e Religiosos.....	1154
a.1) Feriados Cíveis	1154
a.2) Feriados Religiosos	1155
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	1155

CAPÍTULO XXV

PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	1157
1. Objetivos das Férias	1157
2. Normatização Aplicável.....	1158
II. CARACTERIZAÇÃO	1159
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO.....	1162
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	1163
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	1163
Situações Especiais.....	1164
3. Duração das Férias Adquiridas.....	1165
A) Duração Genérica das Férias	1165
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	1166
Restrições Específicas	1168
C) Duração em Contratos Domésticos	1169
IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	1171
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo).....	1171
A) Fracionamento das Férias Antes da Lei n. 13.467/2017.....	1172
B) Fracionamento das Férias em Três Períodos (Lei n. 13.467/2017).....	1175
C) Época de Concessão das Férias.....	1175
2. Concessão Extemporânea das Férias	1176
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....	1178
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	1178
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos.....	1179
A) Caracterização das Férias Coletivas	1179
B) Procedimentos Concessivos.....	1181
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1181
1. Cálculo da Remuneração.....	1182
A) Cálculo Salarial	1182
B) Parcelas Integradas	1182
C) Parcelas Não Integradas	1183
2. Remuneração Simples.....	1183
3. Remuneração Dobrada.....	1184
Natureza Jurídica da Dobra.....	1184
4. Terço Constitucional de Férias.....	1185

5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	1187
Conversão Pecuniária e Contratos em Regime de Tempo Parcial	1189
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	1190
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1190
2. Férias Simples e Extinção Contratual	1191
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	1191
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	1194
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	1196
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1196
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	1197

CAPÍTULO XXVI FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1198
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	1198
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT)	1199
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	1200
1. Policitização e Formação Contratual	1200
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	1201
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1202
Indenização pela Perda de Uma Chance	1204
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS	1205
1. Alterações Contratuais Subjetivas	1205
2. Alterações Contratuais Objetivas	1206
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	1206
1. Classificação Segundo a Origem	1207
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	1207
3. Classificação Segundo o Objeto	1208
4. Classificação Segundo os Efeitos	1208
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1209
1. Princípios Aplicáveis	1209
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	1209
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	1213
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1214
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1216
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1217
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1219
1. Conceituação	1219
2. Alteração de Função	1219
A) Conceito e Distinções	1219
B) Regras Aplicáveis	1221
Compatibilização Normativa	1222
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1222

D) Alterações Funcionais Lícitas	1223
a) Situações Excepcionais ou de Emergência	1224
b) Substituição Temporária	1224
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança	1224
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1226
d) Extinção do Cargo ou Função	1226
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira	1227
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária	1227
g) Promoção ou Remoção	1229
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1230
1. Conceito e Modalidades	1230
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1230
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho	1230
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas	1230
a.1) Causa da Prorrogação	1230
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1233
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1234
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1236
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário	1236
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1238
C) Alterações de Horário de Trabalho	1241
3. Alteração de Salário: modalidades	1242
A) Elevações Salariais	1242
B) Reduções Salariais	1242
a) Redução Salarial Direta	1243
a.1) Redução Nominal de Salários	1243
a.2) Redução Real de Salários	1244
b) Redução Salarial Indireta	1244
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1245
1. Conceituação	1245
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1245
A) Distinções	1246
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1246
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1247
B) Efeitos da Remoção/Transferência	1248
C) Adicional de Transferência	1249
a) Pontos Consensuais	1249
b) Critérios de Incidência do Adicional	1249
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006)	1251
d) Adicional: valor e repercussões contratuais	1253
D) Ajuda de Custo por Transferência	1253

E) Empregados Intransferíveis	1253
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais.....	1253
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1255
3. Transferência Obreira para o Exterior.....	1256
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1256
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82.....	1257
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064	1257
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1258
C) Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82.	1260
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009.....	1260

CAPÍTULO XXVII

INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1262
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES.....	1262
1. Conceituação	1262
2. Denominações	1263
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1264
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1264
2. Distinções Existentes	1266
A) Suspensão: características	1266
B) Interrupção: características.....	1267
IV. SUSPENSÃO (OU SUSPENSÃO TOTAL) — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS...	1267
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1267
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1269
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1270
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado.....	1270
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1271
A) Efeitos Contratuais da Suspensão.....	1271
a) Suspensão e Justa Causa	1272
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1272
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1273
V. INTERRUPÇÃO (OU SUSPENSÃO PARCIAL) — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1274
1. Casos de Interrupção Contratual	1274
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1277
A) Efeitos Contratuais da Interrupção.....	1277
B) Prazo para Retorno após a Interrupção.....	1278
VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS.....	1278
1. Serviço Militar.....	1279
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional/Ocupacional	1281

3. Afastamento Maternidade	1283
A) Aspectos Legais	1283
B) Enquadramento Jurídico	1286
4. Encargos Públicos	1287
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei <i>Maria da Penha</i>)	1289
VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO ..	1292
1. Suspensão Disciplinar	1292
A) Natureza Jurídica	1292
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1292
C) Limites à Penalidade	1293
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate	1293
2. Suspensão para Inquérito	1294
A) Cabimento da Figura	1294
B) Natureza Jurídica	1296
C) Prazos Legais	1296
D) Efeitos da Sentença do Inquérito	1297
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1298
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1299
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1299
Desrespeito aos Requisitos Legais	1300
2. Prazo Legal	1301
3. Efeitos da Suspensão Contratual	1301
A) Bolsa de Qualificação Profissional	1302
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado	1302
C) Ruptura Contratual	1303
Desestímulo Rescisório	1304
IX. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1304
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo	1305
A) Extinção Peremptória do Contrato	1305
B) Extinção Contratual Prorrogada	1306
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1307
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada	1307
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional	1308

CAPÍTULO XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS

I. INTRODUÇÃO	1310
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1311
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1312
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador	1315
3. Princípio da Norma mais Favorável	1316

III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1317
1. Restrições a Contratos a Termo.....	1318
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1319
3. Interrupção e Suspensão Contratuais.....	1321
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador	1322
A) Convenção 158 da OIT	1324
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa.....	1325
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.....	1327
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1328
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1328
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1331
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1331
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1332
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição	1334
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1337
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1338
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção.....	1340
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato.....	1342
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	1344
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado	1344
A) Extinção Normal.....	1344
B) Extinção Anormal	1345
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial.....	1345
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro	1347
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1348
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias.....	1350
a) Dispensa arbitrária (<i>ou</i> despedida sem justa causa <i>ou, ainda,</i> dispensa desmotivada).....	1350
b) Pedido de demissão pelo obreiro.....	1352
c) Distrato trabalhista — extinção por acordo e extinção por adesão a PDV e/ou PDI ...	1353
d) Dispensa por justa causa operária.....	1355
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta)	1355
f) Ruptura por culpa recíproca.....	1356
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento	1357
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural.....	1358
B) Outros Pagamentos Rescisórios.....	1360
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1360
A) Pena do Art. 477, da CLT	1361
B) Pena do Art. 467, da CLT	1363
Entidades Estatais: não exclusão da pena	1363
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1365
1. Capacidade do Empregado	1366

2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência.....	1368
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1371
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1372
B) Formalidades e Poderes Rescisórios	1372

CAPÍTULO XXIX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. RESILIÇÃO BILATERAL: EXTINÇÃO POR ACORDO E EXTINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO

I. INTRODUÇÃO	1375
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA.....	1376
1. O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1378
2. Entidades Estatais: o contraponto da motivação da dispensa.....	1379
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA.....	1380
1. Modalidades de Despedidas.....	1381
A) Classificação Conforme a Motivação da Dispensa.....	1381
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1382
a) Despedidas Coletivas: inferências constitucionais.....	1383
b) Reforma trabalhista e dispensas coletivas (novo art. 477-A, CLT).....	1385
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1387
3. Limitações à Dispensa Injusta	1389
A) Causas Restritivas	1389
B) Efeitos da Dispensa Irregular.....	1393
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1397
1. Convenção 158 da OIT	1397
2. Motivação da Dispensa do Servidor Celetista Concursado.....	1399
3. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1400
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO.....	1402
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA: EXTINÇÃO POR ACORDO E EX- TINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI.....	1404
1. Extinção por Acordo Bilateral (novo art. 484-A, CLT).....	1405
2. Extinção por Adesão do Empregado a PDV ou PDI.....	1406
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1407
1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1407
2. Cabimento do Aviso-Prévio.....	1408
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1410
A) Prazos do Aviso-Prévio	1410
B) Tipos de Aviso-Prévio.....	1410
C) Efeitos do Aviso-Prévio	1412
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011).....	1414

CAPÍTULO XXX
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:
DISPENSA POR JUSTA CAUSA

I. INTRODUÇÃO	1418
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1418
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1420
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1422
1. Requisitos Objetivos	1424
2. Requisitos Subjetivos	1425
3. Requisitos Circunstanciais	1426
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1429
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1430
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1441
3. Infrações Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral	1445
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1448
1. Penalidades Acolhidas	1448
2. Penalidades Rejeitadas	1451

CAPÍTULO XXXI
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1454
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1454
1. Requisitos Objetivos	1455
2. Requisitos Subjetivos	1456
3. Requisitos Circunstanciais	1457
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1459
1. Infrações do Art. 483 da CLT	1459
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual	1464
A) Assédio Moral	1464
B) Assédio Sexual	1466
3. Infração Patronal Doméstica Peculiar: violência doméstica ou familiar contra mulheres	1467
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1468
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1468
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1470
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1470
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos	1471
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT ...	1473
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1473
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1473
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1475
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1476

CAPÍTULO XXXII
ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1478
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS.....	1479
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1480
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1481
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1484
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1484
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1484
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial.....	1487
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1490
1. Estabilidade Celetista.....	1490
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988.....	1491
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1492
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1495
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1496
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1498
A) Imunidade Sindical.....	1498
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1499
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1501
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR.....	1504
Peculiaridade do Dirigente de CIPA.....	1507
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL.....	1509
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço.....	1509
2. Outras Indenizações Rescisórias.....	1512
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo.....	1512
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base	1513
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1514
1. Características do FGTS.....	1515
A) Recolhimentos de FGTS.....	1515
B) Abrangência do FGTS.....	1517
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório.....	1518
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1522
A) Natureza Jurídica	1523
B) Prescrição	1524

LIVRO III
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
CAPÍTULO XXXIII
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS

I. INTRODUÇÃO	1529
---------------------	------

II. DENOMINAÇÃO	1530
1. Denominações Arcaicas.....	1530
2. Denominações Atuais	1531
A) Direito Coletivo do Trabalho.....	1531
B) Direito Sindical	1532
C) Direito Social.....	1532
III. DEFINIÇÃO	1533
IV. CONTEÚDO.....	1534
V. FUNÇÃO	1535
1. Funções Justrabalhistas Gerais.....	1536
Extensão ao Direito Coletivo.....	1538
2. Funções Juscoletivas Específicas	1540
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1542
1. Modalidades de Conflitos Coletivos.....	1542
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos.....	1543
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1544
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1548

CAPÍTULO XXXIV **PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	1552
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA.....	1553
Tipologia de Princípios.....	1554
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO	1555
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical.....	1556
Liberdade Individual e Liberdade Coletiva.....	1557
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1558
B) Práticas Antissindicais.....	1559
C) Garantias à Atuação Sindical.....	1560
2. Princípio da Autonomia Sindical.....	1561
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS..	1565
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1565
2. Princípio da Equivalência entre os Contratantes Coletivos	1567
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1572
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS.....	1573
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.....	1573
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	1575
Impactos da Lei da Reforma Trabalhista.....	1578
VI. NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: DECISÕES RECENTES DO STF	1579

CAPÍTULO XXXV
DIREITO COLETIVO E SINDICATO

I. INTRODUÇÃO	1589
II. DEFINIÇÃO	1590
III. SISTEMAS SINDICAIS	1591
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1592
A) Sindicatos por Ofício ou Profissão	1592
B) Sindicato por Categoria Profissional	1593
C) Sindicato por Empresa	1595
D) Sindicatos por Ramo Empresarial de Atividades	1596
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1596
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional	1597
B) A Posição da Constituição de 1988	1598
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1598
Garantias à Atuação Sindical	1599
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1600
1. Estrutura Sindical	1602
A) Estrutura Externa	1602
Centrais Sindicais	1603
B) Estrutura e Funcionamento Internos	1604
2. Registro Sindical	1605
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1606
A) Funções e Prerrogativas	1606
B) Receitas Sindicais	1608
V. GARANTIAS SINDICAIS	1611
1. Garantia Provisória de Emprego	1612
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1614
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1615
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1616
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1618
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1619
Autoritarismo e Refluxo Sindical	1623
2. Evolução Sindical no Brasil	1623
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1623
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical	1625
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes	1629
C) Constituição de 1988: deflagração e aprofundamento de mudanças	1629
a) Avanços Democráticos	1630
Carta de Direitos	1631
b) Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988	1633
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais	1634
VIII. SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO	1635
IX. COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DE EMPREGADOS NA EMPRESA	1637

CAPÍTULO XXXVI
NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	1640
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1642
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos	1643
A) Normatização Autônoma e Privatística	1643
B) Normatização Privatística Subordinada	1643
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário	1644
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	1645
4. Constituição de 1988 e Negociação Coletiva: novas reflexões	1646
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABA- BALHO	1651
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição.....	1651
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1653
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	1654
1. CCT e ACT: normatização aplicável.....	1654
2. CCT e ACT: caracterização.....	1657
A) Legitimação	1657
a) Centrais sindicais	1658
b) Entes Estatais de Direito Público	1659
B) Conteúdo.....	1660
C) Forma.....	1661
D) Vigência	1662
E) Duração.....	1663
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão	1663
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO	1664
1. Denominação: dubiedades	1664
2. Caracterização.....	1665
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1666
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia	1666
A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1667
B) Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	1667
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	1669
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1672
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações.....	1674
A) Aderência Irrestrita (ultratividade plena)	1674
B) Aderência Limitada pelo Prazo (sem ultratividade).....	1674
C) Aderência Limitada por Revogação (ultratividade relativa).....	1675
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES.....	1678
1. Possibilidades e Limites: o princípio da adequação setorial negociada	1679
2. Decisões do STF sobre Negociação Coletiva Trabalhista	1685
3. Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e Negociação Coletiva.....	1691

VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1694
1. Teorias Explicativas Tradicionais	1694
2. Contrato Social Normativo	1696

CAPÍTULO XXXVII A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1697
II. LOCAUTE	1698
1. Caracterização	1699
2. Distinções	1699
3. Regência Jurídica	1701
4. Efeitos Jurídicos	1703
III. O INSTITUTO DA GREVE	1703
1. Caracterização	1704
A) Caráter Coletivo do Movimento	1704
B) Sustação de Atividades Contratuais	1704
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto	1705
D) Objetivos da Greve	1706
E) Prazo de Duração da Greve (suspensão <i>versus</i> interrupção)	1708
2. Distinções	1709
A) Figuras Próximas ou Associadas	1709
B) Formas de Pressão Social	1711
C) Condutas Ilícitas de Pressão	1711
3. Extensão e Limites	1712
A) Extensão do Direito	1712
B) Limitações ao Direito	1713
4. Requisitos da Greve	1715
5. Direitos e Deveres dos Grevistas	1716
A) Direitos dos Grevistas	1716
B) Deveres dos Grevistas	1717
6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1717
A) Servidores Cíveis e Direito de Greve	1718
B) Prazo de Duração da Greve: suspensão <i>versus</i> interrupção	1720
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1721
A) Natureza Jurídica	1721
Outras Concepções	1723
B) Fundamentos	1725
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica	1725
9. Greve: competência judicial	1728

CAPÍTULO XXXVIII ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1730
---------------------	------

II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETERO-COMPOSIÇÃO	1730
1. Autotutela	1731
2. Autocomposição	1732
3. Heterocomposição	1732
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias	1733
B) Métodos Existentes	1734
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1736
1. Distinções Relevantes	1736
2. Tipos de Arbitragem	1737
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1739
Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e Arbitragem	1742
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1744
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1746
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação	1746
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1748
1. Enquadramento Jurídico	1749
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1749
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1755



LIVRO I

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho é ramo jurídico especializado, que regula certo tipo de relação laborativa na sociedade contemporânea. Seu estudo deve se iniciar pela apresentação de suas características essenciais, permitindo ao analista uma imediata visualização de seus contornos próprios mais destacados.

É o que será feito neste primeiro capítulo deste Curso: aqui serão estudados tópicos como definição, denominação, conteúdo e função do Direito do Trabalho. Serão examinadas, também, a área do Direito em que ele se situa e a divisão interna que caracteriza o ramo jurtrabalhista.

Em seguida (Capítulo II), serão examinados os traços que envolvem a relação desse ramo especializado com o conjunto geral do Direito. Trata-se de problemas como: autonomia do Direito do Trabalho, seu posicionamento no plano jurídico geral (natureza jurídica) e, finalmente, suas relações com outros ramos do universo do Direito.

Firmada uma consistente visão característica do Direito do Trabalho, o analista passará, então, à retrospectiva de sua evolução histórica, quer no mundo ocidental (Capítulo III), quer no Brasil (Capítulo IV).

Estes quatro capítulos, portanto, completam a apresentação inicial ao leitor desse ramo jurídico especializado, o Direito do Trabalho.

II. DEFINIÇÃO

Definir um fenômeno consiste na atividade intelectual de apreender e desvelar seus elementos componentes e o nexu lógico que os mantém integrados. Definição é, pois, a declaração da estrutura essencial de determinado fenômeno, com seus integrantes e o vínculo que os preserva unidos.

Na busca da essência e elementos componentes do Direito do Trabalho, os juristas tendem a adotar posturas distintas. Ora enfatizam os sujeitos componentes das relações jurídicas reguladas por esse ramo jurídico especializado — trata-se das *definições subjetivistas*, com enfoque nos sujeitos das relações jurtrabalhistas. Por vezes enfatizam o conteúdo objetivo das relações jurídicas reguladas por esse mesmo ramo do Direito: são as *definições objetivistas*, que afirmam enfoque na matéria de conteúdo das relações jurtrabalhistas. Há, finalmente, a elaboração de *concepções mistas*, que procuram combinar, na mesma definição, os dois enfoques acima especificados.

A mesma variedade de perspectivas já se verificou, a propósito, no Direito Comercial (hoje, Direito Empresarial), definido quer como “direito dos comerciantes” (subjativismo), quer como “direito regulador dos atos de comércio” (objetivismo).

É *subjativista* a definição exposta por Hueck e Nipperdey: “... o Direito do Trabalho é o direito especial de um determinado grupo de pessoas, que se caracteriza pela classe de sua atividade lucrativa (...) é o direito especial dos trabalhadores.(...) O Direito do Trabalho se determina pelo círculo de pessoas que fazem parte do mesmo”⁽¹⁾.

É *objetivista* a definição exposta por Messias Pereira Donato: “corpo de princípios e de normas jurídicas que ordenam a prestação do trabalho subordinado ou a este equivalente, bem como as relações e os riscos que dela se originam”⁽²⁾.

É definição *mista*, por sua vez, esta construída por Octavio Bueno Magano. Expõe o autor que Direito do Trabalho é o “conjunto de princípios, normas e instituições, aplicáveis à relação de trabalho e situações equiparáveis, tendo em vista a melhoria da condição social do trabalhador, através de medidas protetoras e da modificação das estruturas sociais”⁽³⁾.

Dos três enfoques utilizados para a construção de definições, o menos consistente, do ponto de vista científico, é, sem dúvida, o subjativista. É que, considerada a *relação de emprego* como a categoria fundamental sobre que se constrói o Direito do Trabalho, obviamente que o ramo jurídico especializado não irá definir-se, sob o ponto de vista técnico, a partir de qualquer de seus sujeitos, *mas a partir de sua categoria fundamental*. Por outro lado, o caráter expansionista desse ramo jurídico tem-no feito regular, mesmo que excepcionalmente, relações jurídicas de trabalho que não envolvem exatamente o *empregado*⁽⁴⁾ — o que torna o enfoque subjativista inábil a apreender todas as relações regidas pelo ramo jurídico em análise.

Não obstante suas deficiências, o enfoque subjativista não é de todo inválido. De fato, ao destacar a figura obreira, tem a virtude de enfatizar o *caráter teleológico do Direito do Trabalho*, sua qualidade de ramo jurídico dirigido a garantir um aperfeiçoamento constante nas condições de pactuação da força de trabalho na sociedade contemporânea.

(1) HUECK, Alfred e NIPPERDEY, H. C. *Compêndio de Derecho del Trabajo*. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1963, p. 21-22 (tradução efetuada).

(2) DONATO, Messias Pereira. *Curso de Direito do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982, p. 6.

(3) MAGANO, Octavio Bueno. *Manual de Direito do Trabalho*. Parte Geral, 4. ed. São Paulo: LTr, 1991, p. 59.

(4) Por exemplo, o trabalhador avulso. O tema das relações regidas pelo Direito do Trabalho será examinado logo a seguir, no item IV deste capítulo, sobre o *conteúdo* do Direito do Trabalho.

O enfoque objetivista de feitura da definição do Direito do Trabalho é mais satisfatório do que o anterior, em face da circunstância de se construir desde a categoria jurídica essencial do Direito em questão: a relação empregatícia. A ênfase no objeto, no conteúdo das relações jurídicas de prestação empregatícia do trabalho, confere a tal concepção visão mais precisa sobre a substância e elementos componentes desse ramo jurídico especializado. Não obstante, o acentuado direcionamento teleológico do Direito do Trabalho — e que consiste em seu qualificativo diferenciador perante outros ramos jurídicos — pode se descolorir nas definições objetivistas, com prejuízo ao desvelamento da essência desse ramo jurídico especializado.

As concepções mistas, desse modo, têm melhor aptidão para o atendimento da meta científica estabelecida para uma definição — apreender e desvelar os elementos componentes de determinado fenômeno, com o nexo lógico que os mantém integrados.

Nesse quadro, o Direito Individual do Trabalho define-se como: *complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam, no tocante às pessoas e matérias envolvidas, a relação empregatícia de trabalho, além de outras relações laborais normativamente especificadas.*

Já o Direito Coletivo do Trabalho pode ser definido como o *complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam as relações laborais de empregados e empregadores, além de outros grupos jurídicos normativamente especificados, considerada sua ação coletiva, realizada autonomamente ou através das respectivas associações*⁽⁵⁾.

O Direito Material do Trabalho, compreendendo o Direito Individual e o Direito Coletivo — e que tende a ser chamado, simplesmente, de *Direito do Trabalho*, no sentido lato —, pode, finalmente, ser definido como: *complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam a relação empregatícia de trabalho e outras relações normativamente especificadas, englobando, também, os institutos, regras e princípios jurídicos concernentes às relações coletivas entre trabalhadores e tomadores de serviços, em especial através de suas associações coletivas.*

Como o leitor já percebe, há certa divisão interna ao Direito do Trabalho, englobando o segmento do Direito Individual e o do Direito Coletivo, que podem (ou não) ser considerados separadamente. Esta divisão, contudo, será mais bem examinada no item VII do presente Capítulo.

(5) Observe-se que Hueck e Nipperdey definem Direito Coletivo do Trabalho como a parte do Direito do Trabalho relativa às associações sindicais profissionais e empresariais, as pactuações e disputas que entre si firmam. In: ob. cit., p. 243 (tradução efetuada).

III. DENOMINAÇÃO

A denominação *Direito do Trabalho* tornou-se hegemônica no plano atual dos estudos jurídicos; está consagrada na doutrina, na jurisprudência e também nos inúmeros diplomas normativos existentes na área.

Em consequência, o presente estudo ganha certo sabor rememorativo, voltado, essencialmente, a relembrar os diversos epítetos que, em momentos históricos anteriores, já tentaram disputar preferência para a designação do ramo jurídico especializado em análise. De todo modo, este estudo contribui também para tornar mais claras certas características próprias ao Direito do Trabalho.

Nesse quadro, o ramo jurídico em análise já recebeu diferentes denominações desde o início de sua existência, no século XIX, a par da hoje consagrada Direito do Trabalho. Trata-se, principalmente, de: Direito Industrial, Direito Operário, Direito Corporativo, Direito Sindical e Direito Social. Nenhum desses epítetos alternativos, contudo, prevaleceu ou se afirmou hegemonicamente no tempo, certamente em face de cada um deles apresentar tantos ou mais problemas e insuficiências quanto os perceptíveis no consagrado título *Direito do Trabalho*.

O designativo *Direito Industrial* é claramente inadequado para espelhar o preciso objeto a que pretende se referir. Influenciado pela circunstância de que este ramo jurídico especializado surgiu, nas primeiras experiências europeias, efetivamente vinculado à dinâmica da crescente *industrialização capitalista*, o epíteto, porém, sob certa perspectiva, é muito mais amplo do que o fenômeno a que se quer referir. De fato, na expressão Direito Industrial está sugerida a presença de regras, institutos e princípios que não se circunscrevem propriamente à área justrabalhista, interessando também ao Direito Comercial/Empresarial e Direito Econômico (por exemplo, invenções, patentes, relações tecnológicas, etc.).

Há uma segunda inadequação neste superado título: ao mesmo tempo em que se mostra excessivamente amplo (sugerindo relações de Direito Econômico ou Direito Comercial/Empresarial), ele também se mostra, por outro lado, incapaz de captar todo o vasto conjunto de relações justrabalhistas, que se estabelecem e se desenvolvem por muito além do estrito segmento industrial, abrangendo, também, ilustrativamente, os enormes setores terciários e primários da economia. Ao fixar, desse modo, em um setor econômico, a indústria, o critério de escolha de sua denominação, o nome Direito Industrial lançou enganosa pista acerca do ramo jurídico que pretendia identificar, comprometendo sua própria existência como denominação desse segmento jurídico.

A expressão *Direito Operário* tem história e destino semelhantes aos do epíteto anterior. Também influenciada pela circunstância de que o Direito